

GTA | Guião de Trabalho Autónomo n.º 29

HISTÓRIA A 12.º ANO

Tema 2: Portugal e o Mundo, da Segunda Guerra Mundial ao Início da
Década de 80

Subtema 3: Portugal, do autoritarismo à democracia



PORQUÊ APRENDER SOBRE...?



O QUE VOU APRENDER?



COMO VOU APRENDER?



O QUE APRENDI?



COMO POSSO COMPLEMENTAR A
APRENDIZAGEM?



PORQUÊ APRENDER SOBRE...?

O final da II Guerra Mundial determinou a derrota dos totalitarismos europeus de extrema direita. A afirmação das democracias de tipo liberal na Europa Ocidental criou alguma expectativa sobre o destino das ditaduras da península ibérica. Em Portugal, os anos que se seguiram confirmaram o imobilismo político do Estado Novo que só foi derrubado pelo golpe militar de 25 de Abril de 1974.

O processo de democratização do país foi fundamental para que, após uma longa ditadura de 48 anos, Portugal se integre plenamente nas instituições europeias.

Do ponto de vista económico, a segunda metade do século XX português foi marcada pela progressiva integração nos mercados internacionais.



O QUE VOU APRENDER?

- Relacionar a manutenção do regime do Estado Novo nos anos do pós-guerra com a Guerra-Fria;
- **Compreender que a realidade portuguesa do pós-guerra a 1974 foi marcada pelo imobilismo político e pelo crescimento económico;**
- **Interpretar o surto industrial e urbano, a estagnação do mundo rural e os consequentes movimentos migratórios;**
- Descrever as diversas correntes oposicionistas ao Estado Novo, destacando os acontecimentos de 1958;
- **Interpretar o fomento económico das colónias à luz da retórica imperial e do progressivo isolamento internacional;**
- Analisar as fragilidades do marcelismo, nomeadamente o inconsequente reformismo político e o desgaste que a Guerra Colonial provocou, interna e externamente, no regime;
- Compreender que a modernização da sociedade portuguesa, nas décadas de 60 e 70, na demografia e nos comportamentos, se constituiu como fator fundamental para a desagregação do regime;
- Descrever a eclosão da Revolução de 25 de Abril de 1974, o papel exercido pelo MFA e o processo de desmantelamento das estruturas de suporte do Estado Novo;
- Problematicar o processo de democratização, do PREC à progressiva instalação e consolidação das estruturas democráticas, o processo de descolonização, a política económica antimonopolista e a intervenção do Estado nos domínios económico e financeiro;
- Avaliar o papel da revisão constitucional de 1982 e da entrada de Portugal nas Comunidades Europeias para a consolidação do processo de democratização e para a modernização do país;
- Avaliar o sucesso da Revolução de 74 e do consequente processo de democratização do país;
- Identificar/aplicar os conceitos: oposição democrática; poder popular; nacionalização; reforma agrária; democratização.



COMO VOU APRENDER?

GTA 27: Que impacto teve o final da II Guerra Mundial em Portugal?

GTA 28: Como se caracterizava Portugal em termos demográficos e sociais?

GTA 29: Como evoluiu a economia portuguesa entre o final da II Guerra Mundial e 1974?

GTA 30: Como evoluiu a oposição ao regime a partir de 1961?

GTA 31: O que foi a Primavera Marcelista?

GTA 32: Como se processou o processo revolucionário português em 1974 e 1975?

GTA 33: Como decorreu a elaboração da Constituição de 1976?

GTA 34: Como se desenrolou a ação dos primeiros governos constitucionais?

GTA 35: Como decorreu o processo de descolonização?

GTA 36: Quais foram as opções económicas após a Revolução do 25 de Abril?

GTA 37: Como se caracterizam as relações internacionais de Portugal após 1974?

Tema 2: Portugal e o Mundo, da Segunda Guerra Mundial ao início da década de 80

Subtema 3: Portugal, do autoritarismo à democracia



GTA 29: Como evoluiu a economia portuguesa entre o final da II Guerra Mundial e 1974?

Objetivos:

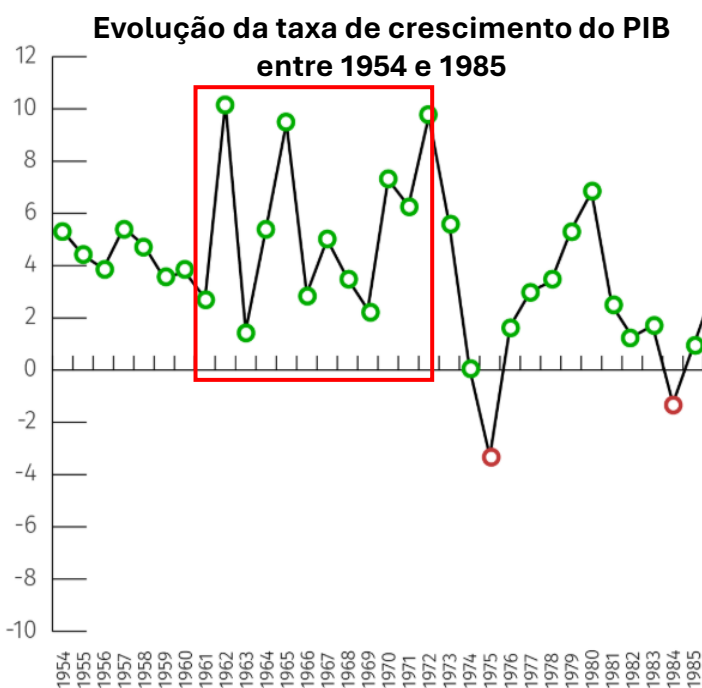
- Compreender que a realidade portuguesa do pós-guerra a 1974 foi marcada pelo crescimento económico e pelo imobilismo político.
- Reconhecer o surto industrial e urbano.
- Identificar/Aplicar os conceitos: Autarcia, Plano de Fomento

Modalidade de trabalho: individual e/ou em grupo.

Recursos e materiais: caderno diário, manual escolar e equipamento de acesso à internet.

Introdução

Durante e após a II Guerra Mundial, evidenciaram-se as falhas da política de autarcia adotada por Salazar nos anos 30 e 40 (GTA 16). Apesar disso, em 1945, a Lei do Fomento e Reorganização Industrial, prosseguia a política autárcica e estabelecia as linhas mestras da política industrializadora dos anos seguintes, considerando que o seu objetivo era a substituição das importações.



Fonte: INE e BdP

(adaptado), <https://eco.sapo.pt/2021/12/20/queda-do-pib-em-2020-foi-a-maior-desde-1954/>

Nos anos 1960, a economia portuguesa viveu um período de crescimento (gráfico), marcado pela industrialização, integração na economia internacional e emigração em massa. Neste GTA, ficarás a conhecer as linhas essenciais deste crescimento.



TAREFA 1

Atenta nos documentos.

O caminho para o futuro pode ser traçado por dois processos: um seria a elaboração de uma nova lei de reconstituição económica que, por período mais ou menos longo, dominasse a actividade da administração e, até certo ponto, a orientação da economia; outro, a meu ver, preferível, consistiria na definição de um plano de fomento, preciso e restrito, que se ativesse mais de perto às possibilidades financeiras e desse prioridade a alguns grandes empreendimentos de carácter mais vincadamente reprodutivo. Não se pode querer tudo ao mesmo tempo, e é a altura de definir critérios de preferência.

DOUTOR OLIVEIRA SALAZAR

(Discurso pronunciado na Sala da
Biblioteca da Assembleia Nacional,
em 12 de Dezembro de 1950)

Citado em Plano de Fomento, Proposta de Lei, chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://purl.sgmf.gov.pt/PF-1953/1/PF-1953_master/PF-1953_PDF/PF-1953_PDF_01-B-R0300/PF-1953_0000_0001-0007_t01-B-R0300.pdf



<https://www.jornaltornado.pt/saudades-do-plano-de-fomento/>



<https://restosdecoleccion.blogspot.com/2010/05/ponte-salazar-em-1966.html>

Os Planos de Fomento acabaram por refletir opções da política externa portuguesa, sobretudo a partir do Plano Intercalar. Em 1960, Portugal adere à **EFTA**, ao **BIRD** e ao **FMI** e, um pouco mais tarde, ao **GATT**. Estas opções facilitaram a integração europeia e mundial da economia portuguesa.

Recorda o significado das siglas destacadas.

Investiga. Procura determinar as opções assumidas em cada um dos Planos de Fomento. Podes recorrer ao manual ou à *Internet*.



TAREFA 2

Após a II Guerra Mundial, em Portugal, nos círculos de poder, assumiram-se novas ideias quanto às opções da economia nacional, já que o falhanço da "mais formosa das herdades" era evidente e nem sequer o ideal de autarcia e a redução da dependência externa foram atingidos.

O Presidente do Conselho, Salazar, admitiu que era necessário desenvolver a indústria, mantendo o ideal autárquico de substituir as importações. É assim aprovada, em 1945, a Lei do Fomento e da Reorganização Industrial. Em 1948, a adesão à OECE e o acesso à ajuda Marshall, permitiram a obtenção de fundos importantes.

E em 1953, surge o primeiro de quatro planos de fomento que pretendiam definir setores e projetos da economia a investir por parte do Estado.

Consulta o teu manual.

Identifica cada um dos Planos de Fomento e as respetivas datas de implementação.

TAREFA 3

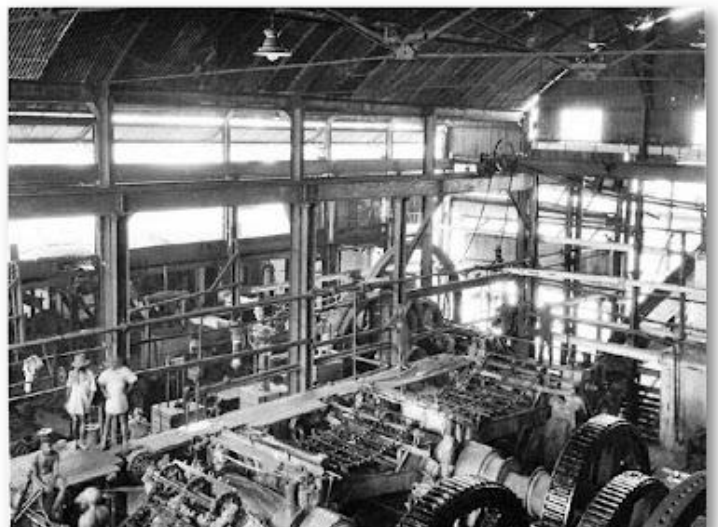
Após a II Guerra Mundial, o colonialismo português caracterizou-se pelo **reforço da colonização branca, pela escalada dos investimentos públicos e privados e pela maior abertura ao capital estrangeiro.**

A este propósito, lê o artigo: [O colonato do Limpopo - RTP Ensina](#)



Em 1953, as colónias foram integradas nos Planos de Fomento.

Consulta o teu manual e **caracteriza** a política colonial portuguesa a partir dos anos 50.



Máquina com cilindros esmagadores na “Sena Sugar Estates, Lda” em Moçambique
<https://conhecerahistoria12.blogspot.com/2012/02/o-estado-novo-na-segunda-metade-do.html>



Alerta!

Os anos de guerra colonial (1961-1974) coincidiram com o maior desenvolvimento económico de sempre das colónias.

Como se pode explicar este facto?

TAREFA 4

Documento 1

Debate sobre a proposta de lei relativa ao I Plano de Fomento – perspectiva do deputado Jacinto Ferreira (4 de dezembro de 1952)

“É preciso distinguir entre plano de fomento e plano de obras públicas, porque nem toda a obra pública é obra de fomento (...). A introdução de novas técnicas, de novas normas de vida, de diferente orientação, de uma mentalidade nova em muitos sectores da atividade nacional, isso seria de certeza uma fonte magnífica de fomento (...). Citando a Câmara Corporativa, o documento em apreciação é mais um plano de obras de fomento do que um plano de fomento (...).

Um reparo que o plano me suscita é a falta de sentido da unidade da nação portuguesa (...). Seria esplêndido que se aproveitasse a oportunidade para abater as barreiras alfandegárias entre as diversas províncias de Portugal (...). O plano mostra-se, pelo contrário, fracionado e os territórios ultramarinos são nele considerados cada um à sua parte, em oposição ao espírito de unidade que conviria vincar (...). Este plano revela-se elaborado sob o signo da angústia que causa a muita gente o aumento constante da população portuguesa e sob o império da necessidade urgente de proporcionar trabalho a todos (...).

Anuncia o plano que será gasta uma verba elevada em escolas técnicas (...). Parece-nos que a verba a despendar teria melhor aplicação se fosse incluída numa remodelação das nossas instalações de ensino científico, técnico e cultural. (...) De resto, não se compreende a que título se inclui a construção de escolas comerciais num plano de fomento puramente industrial. (...).

Neste plano, uma boa parte da verba a despendar é destinada à agricultura. Pois, apesar disso e de sermos um país que continua a ter na agricultura a sua maior riqueza, a parte do relatório que lhe é dedicada não excede a décima parte das considerações totais. (...) Gera-se no meu espírito uma grande interrogação sobre a conveniência de, nesta idade do Mundo, caminharmos para uma elevada industrialização, deixando em plano secundário o progresso agrícola. (...) Eu não me insurjo contra a industrialização; insurjo-me, sim, contra o desinteresse a que, num plano de fomento, é votada a agricultura.”

In Debate, na generalidade, acerca da proposta de lei relativa ao Plano de Fomento Nacional, in Diário das Sessões, n.º 173, 5 de dezembro de 1952 (adaptado)



Documento 2

Debate sobre a proposta de lei relativa ao I Plano de Fomento – perspectiva do deputado Proença Duarte (5 de dezembro de 1952)

“O Governo da Revolução Nacional apresenta ao País um plano de fomento, ou seja, um conjunto orgânico e sistematizado de realizações extraordinárias a levar a efeito durante um período de tempo pré-determinado. (...)

Contempla o plano, simultânea e articuladamente, a economia metropolitana e as economias das províncias ultramarinas. A uma e a outras dá tratamento de igualdade, considerando-as como um todo indivisível, o que está de harmonia com os interesses da Nação, com os preceitos constitucionais, com as exigências da economia mundial, com a interdependência das economias nacionais e com a nossa tradição colonizadora. (...)

A agricultura, sendo enumerada em primeiro lugar no plano para o continente e ilhas, sob o ponto de vista de dotações financeiras, aparece em último lugar (...). Aparecem em segundo lugar os investimentos na indústria. (...) É manifesto que a mais saliente determinante dos empreendimentos industriais selecionados foi a da utilização das nossas matérias-primas pelos aproveitamentos hidroelétricos e pelas indústrias de base. Parece-me só haver que louvar a orientação seguida. (...)

Sobre escolas técnicas, inscreve-se no plano uma verba de certo vulto a repartir pela conclusão de obras em curso e pela construção de obras novas. É bem sensível a necessidade de criar no País uma rede de escolas para o ensino técnico elementar. (...) A modificação para melhor do rendimento do trabalho nacional pode depender em boa parte da criação dessa rede de escolas técnicas elementares.”

In Debate, na generalidade, acerca da proposta de lei relativa ao Plano de Fomento Nacional, in Diário das Sessões, n.º 174, 6 de dezembro de 1952 (adaptado)

Compara as duas perspetivas acerca do I Plano de Fomento, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a três dos aspetos em que se opõem.



TAREFA 5

Autoavalia a tua aprendizagem respondendo aos itens seguintes.

1. A integração de Portugal na economia internacional, acentuou-se no decurso do II Plano de Fomento, por exemplo, através da adesão...

(A) à OECE e à NATO.

(B) à EFTA e ao FMI.

(C) ao GATT e à ONU.

(D) ao BIRD e à CEE.

2. Entre a década de 50 e o início dos anos 70 do século XX, verificaram-se alterações significativas na sociedade e na economia portuguesas.

Associa corretamente os fenómenos económico-sociais então ocorridos, constantes na coluna **A**, às frases que os caracterizam, apresentadas na coluna **B**. Todas as frases apresentadas devem ser utilizadas. Cada frase deve ser associada a apenas um dos fenómenos.

Coluna A	Coluna B
(A) Estagnação rural	(1) Projeto do Espaço Económico Português, para integrar as províncias ultramarinas num mercado comum.
(B) Industrialização	(2) Concentração da população ativa nas principais cinturas urbanas do país.
(C) Fomento colonial	(3) Aumento muito significativo da emigração para os países mais ricos da Europa Ocidental.
	(4) Insuficiente renovação do setor primário face às exigências da procura.
	(5) Execução de sucessivos planos de fomento para modernizar o setor secundário da economia.
	(6) Desenvolvimento dos setores extrativos do petróleo e dos diamantes.
	(7) Progressiva integração de Portugal em organismos internacionais de cooperação económica.



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

➤ TAREFA 1

1. I Plano de Fomento - 1953-1958;
II Plano de Fomento - 1959-1964;
Plano Intercalar - 1965-1967;
III Plano de Fomento - 1968-1973.

➤ TAREFA 2

EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre);

FMI (Fundo Monetário Internacional);

BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento);

GATT (Acordo Geral sobre as Tarifas e Comércio).

I Plano de Fomento (1953-1958) – ambiguidade da política económica; reconhece a importância da Indústria mas continua fiel ao tradicionalismo ruralista; a indústria submete-se à agricultura; o aumento dos rendimentos agrícolas beneficiaria a indústria; crescimento da indústria baseado em salários baixos; prioridade para a **criação de infraestruturas** (eletricidade, transportes e comunicações); produto bruto da indústria aumenta 36% (5,2% ao ano).

II Plano de Fomento (1959-1964) – embora mais ambicioso, o objetivo continua a ser a autarcia; **indústria transformadora de base** como setor a privilegiar (siderurgia, refinação de petróleos, adubos, químicos, celulose...) o que beneficiaria a agricultura; tentativa de reforma do regime de propriedade; decréscimo do produto agrícola (de 5,5% nos anos 50, para 1% nos anos 60).

Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) – marcado pelas oportunidades criadas pela integração em vários organismos internacionais; alguma coerência na política económica; reforço da abertura ao exterior (inerente aos acordos assinados) e aos investimentos privados; **abandono da autarcia**.

III Plano de Fomento (1968-1973) – internacionalização da economia; concorrência e mercado; investimento estrangeiro; apela-se ao dinamismo empresarial (grupos económicos que sustentam o regime). Esta política conduziu à **consolidação dos grandes grupos económico-financeiros** e ao acelerar do **crescimento económico nacional, que atingiu, então, o seu pico**. No entanto, o País continuou a sentir as exigências da Guerra Colonial e o seu enorme atraso face à Europa desenvolvida.



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

➤TAREFA 3

- criação de **infraestruturas**: caminhos de ferro, estradas, pontes, aeroportos, portos, centrais hidroelétricas.
- desenvolveram-se os **setores agrícolas** (sisal, açúcar e café em Angola; oleaginosas, algodão e açúcar em Moçambique) **e extrativos** (diamantes, petróleo e minério de ferro, em Angola), virados para o mercado externo.
- acentuado crescimento industrial, propiciado pela progressiva liberalização da iniciativa privada, pela extensão do mercado interno e pelo reforço dos investimentos nacionais e estrangeiros.
- **forte impulso após o início da guerra colonial.**
- 1961- criação do Espaço Económico Português (EEP) que previa a constituição de uma área económica unificada, sem quaisquer entraves alfandegários. No entanto, a subordinação das economias ultramarinas aos interesses de Portugal, bem como os diferentes graus de desenvolvimento dos territórios coloniais, acabaram por inviabilizar a efetivação deste “mercado único”.

Os anos de guerra colonial (1961-1974) coincidiram com o maior desenvolvimento económico de sempre das colónias.

Como se pode explicar este facto?

Por um lado, o crescimento da economia metropolitana beneficiou a economia das colónias. Por outro lado, o Estado Novo, através dos investimentos, procurava a colaboração das populações locais e a legitimação da sua presença.

➤TAREFA 4

Comparação clara das duas perspetivas acerca do I Plano de Fomento, referindo três dos seguintes aspetos em que se opõem:

- **enquanto no documento 1** – perspetiva do deputado Jacinto Ferreira – se refere que o plano em análise é mais um plano de obras públicas do que um verdadeiro plano de fomento, **no documento 2** – perspetiva do deputado Proença Duarte – defende-se que se trata de um verdadeiro plano de fomento, ou seja, «um conjunto orgânico e sistematizado de realizações extraordinárias a levar a efeito durante um período de tempo pré-determinado»;
- **enquanto no documento 1** se refere que o plano revela «falta de sentido da unidade da nação portuguesa» por se tratar separadamente a metrópole e as colónias, no documento 2 exprime-se a ideia de que o plano contempla, «simultânea e articuladamente, a economia metropolitana e as economias das províncias ultramarinas», «de harmonia com os interesses da Nação»;



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

- **enquanto no documento 1** se considera dispensável a inclusão no plano de verbas para a criação de escolas técnicas, **no documento 2** louva-se essa decisão, porque «é bem sensível a necessidade de criar no País uma rede de escolas para o ensino técnico»;
- **enquanto no documento 1** se considera que «uma boa parte da verba a despende é destinada à agricultura», **o documento 2** considera que «a agricultura, sendo enumerada em primeiro lugar no plano para o continente e ilhas, sob o ponto de vista de dotações financeiras, aparece em último lugar»;
- **enquanto no documento 1** se critica o plano de fomento porque é «puramente industrial», «deixando em plano secundário o progresso agrícola», apesar de «sermos um país que continua a ter na agricultura a sua maior riqueza», **o documento 2** louva a orientação seguida quanto aos investimentos na indústria.

Ø TAREFA 5

1. (B)

2. A - (3); (4)

B - (2); (5); (7)

C - (1); (6)



O QUE APRENDI?

És capaz de...

- Compreender que a realidade portuguesa do pós-guerra a 1974 foi marcada pelo crescimento económico e pelo imobilismo político?
- Reconhecer o surto industrial e urbano?
- Identificar/Aplicar os conceitos: Autarcia, Plano de Fomento?

Conseguiste realizar as etapas propostas neste guião? Ainda **tens** dúvidas?

Sugestões:

Estuda com um(a) colega.

Analisa as propostas de resolução e, se necessário, **repete** as tarefas.



COMO POSSO COMPLEMENTAR A APRENDIZAGEM?

Videoaula

[Imobilismo político e crescimento económico do pós-guerra a 1974 | Estudo Autónomo.](#)



Outros recursos:

[Módulo I.I.06 - O desenvolvimento económico no pós-guerra. As correntes reformistas](#)

